

A EDUCAÇÃO E A CIDADE¹

João Barroso
Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO

Tenho acompanhado, com alguma regularidade, o trabalho das cidades educadoras em Portugal, principalmente, desde o ano 2000, quando a convite do município de Lisboa participei no *VI Congresso Internacional* para coordenar um painel com o título “*A dimensão educativa da cidade*”.

Portugal tem 70 “cidades” inscritas (incluindo algumas vilas) na Associação Internacional das Cidades Educadoras e é o 3º país em número de participantes, a seguir à Espanha (197) e à França (86) e bastante à frente do 4º classificado, a Argentina com 22 cidades. Contudo, em números relativos, tendo em conta a sua população², Portugal ocupa o primeiro lugar. Isto mostra o êxito do projeto e a pronta adesão de um número significativo dos municípios portugueses (70 em 308 concelhos, ou seja 23%, mas uma percentagem bastante maior se contarmos unicamente as cidades existentes no nosso país – 159).

Não quero alongar-me, nesta introdução, a falar das características do projeto das cidades educadoras – em particular dos seus 20 princípios registados na respetiva CARTA, desde o 1º congresso em 1990 (Barcelona), com as atualizações de 1994 e de 2004, para adaptá-la aos novos desafios e necessidades sociais³.

Essa é, certamente, uma matéria conhecida de todos vós.

Quero, contudo, destacar a imensa quantidade e qualidade de informação disponível no sítio da Associação Internacional das Cidades Educadoras (www.edcities.org), em particular a descrição pormenorizada das experiências registadas no *Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras*.

¹ Versão de apoio à conferência produzida no *Encontro da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras*, na Câmara Municipal de Loures, no dia 29 de junho de 2018.

² A população de Espanha é aproximadamente de 46, 5 milhões (um pouco superior a quatro vezes a população de Portugal) mas “só” tem quase o triplo das cidades educadoras.

³ Ver em <http://www.edcities.org/carta-de-ciudades-educadoras>

Estas experiências práticas de diversas cidades de todo o mundo são selecionadas pelos responsáveis pela rede, e são descritas com uma grelha comum em pelo menos 3 línguas (espanhol, inglês, francês).

Essa grelha comum contém os seguintes itens: temas; grupo ou grupos de população a que é dirigida; data de início e de término (eventualmente); princípios da carta que são privilegiados; justificação e resumo; objetivos; metodologia; contexto social e urbano da experiência; avaliação; bem como o remissivo do sítio na internet onde pode ser consultada; bem como diversas fotografias associadas.

Neste sítio (da internet), Portugal tem 154 experiências registadas, de um total de 723 experiências realizadas por cidades europeias (de um total de 1039 experiências oriundas das cidades que integram a rede internacional).

Além de ser uma fonte de inspiração para todos os municípios, este banco de dados justificava um projeto de investigação de grande fôlego para a sua caracterização.

Uma palavra ainda para o recente *Manifesto dos e das Autarcas da Associação Internacional das Cidades Educadoras* aprovado no dia Internacional (30 de novembro de 2017). Este manifesto é o reflexo evidente de uma evolução de uma organização centrada na cidade (individualmente considerada) para uma organização centrada no *município* (enquanto poder político mais amplo) e significa um alargamento do conceito mas também uma maior institucionalização. São os responsáveis da autarquia que são os porta-vozes do *Direito à Cidade Educadora*, isto é, por levar à prática os princípios das Cidades Educadoras. Como é dito no próprio *Manifesto*⁴:

«(...) Só assim, somos capazes de articular uma grande rede local de agentes educativos em torno deste projeto compartilhado, conseguiremos converter o espaço urbano num espaço educador, onde, para além de facilitar o acesso a conhecimentos e saberes se transmitam valores e atitudes para que as pessoas possam desenvolver as suas capacidades e virem a ser agentes ativos no desenvolvimento das suas comunidades. Como responsáveis políticos comprometemo-nos a criar espaços de encontro, diálogo, reflexão e decisão, onde estejam presentes as diferentes culturas e grupos sociais que integram a nossa sociedade com o objetivo de conseguir responder com êxito aos numerosos desafios que enfrentam os nossos municípios. (...)»

⁴ Ver por exemplo em <http://www.cm-lisboa.pt/viver/educacao/lisboa-cidade-educadora>

É com este pano de fundo que organizei a minha conferência em torno de dois temas:

O **primeiro tema** tem por finalidade apresentar as conclusões de um estudo que fiz sobre as experiências relatadas nos Boletins da Rede Territorial Portuguesa⁵ desde o nº 27 em 2016 ao nº 33 em 2018, num total de 6 boletins (uma vez que o boletim 28 de 2016 foi consagrado a apresentar a maneira como os diferentes municípios comemoraram o dia internacional da cidade educadora). Os parâmetros de análise são: a distribuição dos projetos por descritor; duração; local; público visado; princípios das cidades educadoras visados por cada projeto.

O **segundo tema** tem por finalidade analisar o potencial do conceito de cidade educadora em função das três modalidades como a cidade se pode articular com a educação: a educação na cidade; a educação da cidade; a educação pela cidade.

1. OS BOLETINS DA REDE TERRITORIAL PORTUGUESA – ALGUNS DESCRITORES.

Base de dados

Vamos ver em primeiro lugar a composição do universo dos boletins publicados na Rede Territorial Portuguesa entre 2016 e 2018.

Número de projetos por município (2016-2018)		
total	nome	Projetos por município
11	Braga, Funchal, Lisboa, Moura, Paredes, Santarém, Santo Tirso, São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Torres Vedras, Vila Franca de Xira	6
10	Alenquer, Almada, Anadia, Évora, Gondomar, Loulé, Loures, Matosinhos, Penalva do Castelo, Valongo	5
13	Albufeira, Chaves, Condeixa, Fundão, Guarda, Lagoa (Açores), Odemira, Oliveira de Azeméis, Paços de Ferreira, Póvoa do Lanhoso, Silves, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde	4
10	Amadora, Azambuja, Esposende, Mealhada, Miranda do Douro, Palmela, Sobral de M. Agraço, Setúbal, Sever de Vouga, Vila Real	3
5	Angra do Heroísmo (Aç), Câmara de Lobos, Coimbra, Lousada, Odivelas	2
8	Águeda, Barcelos, Cascais, Lagos, Lousã, Pombal, Tábua, Torres Novas	1

Total municípios: 57 **Total de projetos: 216**

© JBarroso 2018

⁵ Consultar boletins da Rede Territorial Portuguesa em <http://www.edcities.org/rede-portuguesa>

Temos um total de 216 projetos de 57 municípios em que 21 municípios (1º e 2º - quase metade) garantem um pouco mais de metade dos projetos (66+50=110).

Descritores

Em seguida, fomos agrupar os diferentes projetos pelos 15 descritores utilizados pelo “banco internacional” para classificar as diversas experiências selecionadas em cada país. Embora esta classificação seja utilizada para descrever outros projetos parece adequado utilizá-la neste contexto.

Como sabem, cada descritor utilizado decompõe-se em conceitos menores. Por exemplo, o descritor “*sistema educativo*” decompõe-se em 14 itens: atividades escolares; atividades extraescolares; cidade e escola; dificuldades de aprendizagem; família e escola; formação universitária; integração escolar; intercâmbios escolares; luta contra o insucesso escolar; planificação e gestão; prevenção do absentismo escolar; recursos educativos; e finalmente um mais geral que tem a mesma designação do indicador, neste caso, “*sistema educativo*”.

O mesmo acontece com os restantes descritores (embora varie o número de conceitos em que se decompõem). Contudo, eu utilizei só a designação mais geral, pois a arrumação pelos diferentes sub-indicadores constituía um pormenor desnecessário (e discutível, muitas vezes)

Quando o projeto, ou a iniciativa relatada, podia caber em vários itens, eu selecionei o que era mais evidente e próximo da intenção original dos seus proponentes.

O resultado encontra-se patente no seguinte quadro:

Distribuição dos projetos por descritor (2016-2018)

DESCRIPTOR	TOTAL DE PROJETOS
Sistema educativo	39
Cultura e ócio	34
Artes e humanidades	28
Bem-estar social	26
Saúde e desportos	20
Informação e documentação	15
Civismo e convivência	12
Meio ambiente	10
Desenvolvimento urbano	9
Política e administração	8
Formação permanente	6
Associativismo e participação	3
Desenvolvimento pessoal	3
Desenvolvimento socioeconómico	2
Ciência e tecnologia	1

© JBarroso 2018

Como se pode ver, os primeiros cinco primeiros descritores cobrem 147 projetos, ou seja 68% (147 em 216) do total de projetos. Como nota importante há a assinalar o reduzidíssimo nº de projetos referenciados aos quatro últimos descritores.

Duração dos projetos

Para percebermos o sentido da distribuição vejamos o significado das diferentes categorias utilizadas: *Episódico* – quando ocorre só num dia; *Temporário ou periódico* – quando ocorre durante vários dias ou quando se repete ciclicamente (por exemplo todos os anos); *Permanente* – quando é uma iniciativa que se traduz numa obra perante ou quando é uma iniciativa que não tem uma duração limitada.

Duração dos projetos

Duração	Total de projetos
Episódico	62
Temporário ou periódico	90
Permanente	64

© JBarroso 2018

Quanto ao resultado, verifica-se uma distribuição com valores muito próximos, apesar de a categoria “temporário ou periódico” ter um número mais significativo.

Locais onde se desenvolvem os projetos

O quadro seguinte distribui o total de projetos por diferentes locais identificados a partir da sua descrição.

Local	Total de projetos
Escola(s)	73
Espaço público ao ar livre (rua, floresta, rio, etc.)	37
Instalação específica	37
Outro ou vários	37
Instalação municipal	27
Associação	3
Habitação	2

© JBarroso 2018

A primeira conclusão a tirar é que as “escolas” constituem um quadro de referência importante para os projetos, mesmo que não participem somente alunos (muitas vezes os pais e outros elementos da comunidade também são participantes).

Em seguida, vemos que um número significativo de projetos se desenrola ao ar livre (quer na cidade -na rua- por exemplo, quer no campo, como seja a floresta).

As duas categorias com o mesmo número de projetos são menos significativas porque discriminam pouco. Já o número de projetos que utiliza “instalações municipais” é importante.

Público visado no projeto

Passemos agora para o público-alvo dos diferentes projetos, definido a partir de diferentes categorias construídas a partir da informação contida neles.

Público visado no projeto

Público visado no projeto	Total de projetos
Público em geral / comunidade	41
Alunos em geral	37
Alunos do 1º ciclo	26
Alunos e população em geral	25
Alunos do pré-escolar e do 1º ciclo	14
Alunos do ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos)	11
Jovens em geral	11
Alunos do ensino secundário	10
Terceira idade	10
Pessoas com deficiência	10
Alunos do pré-escolar	7
Alunos do ensino especial	5
Alunos de escola profissional	3
Pessoal docente	2
Pais e encarregados de educação	2
Pessoas com carências económicas	2

© JBarroso 2018

Se juntarmos os vários tipos de alunos, obtemos um total 128 projetos (ou seja 60% do total). Segue-se o público em geral (41 projetos, ou seja 19%) e em seguida “jovens em geral”, “terceira idade” e “pessoas com deficiência” (11, 10 e 10 projetos respetivamente).

Princípios das cidades educadoras

Finalmente apresenta-se a distribuição dos projetos pelos 20 princípios das cidades educadoras. Recorda-se que a afetação dos projetos a princípios começou a ser feita no primeiro ano da série trabalhada, em 2016.

De sublinhar que a descrição dos “princípios” é extraída do texto incluído nos diferentes projetos e que o número do princípio é igualmente indicado pela autarquia.

Apresenta-se de seguida os primeiros oito princípios referidos por um maior número de projetos:

Princípios das cidades educadoras visados pelo projetos segundo os seus autores - 1

Nº	princípio	projetos
1	<i>Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece.</i>	38
5	<i>Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação.</i>	27
7	<i>A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa.</i>	24
11	<i>A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes.</i>	21
2	<i>A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo.</i>	15
9	<i>A cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e corresponsável.</i>	15
3	<i>A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes.</i>	12
10	<i>O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seu habitantes, prestando uma atenção especial à infância e à juventude.</i>	12

© JBarroso 2018

Estes princípios são referidos por um total de 164 projetos (ou seja 76% do total de 216 projetos).

Em seguida apresentam-se a distribuição dos restantes 52 projetos (mais dispersos e em número reduzido)

Princípios das cidades educadoras visados pelo projetos segundo os seus autores - 2

Nº	princípio	projetos
20	<i>A cidade educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços.</i>	9
15	<i>A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em atividades sociais.</i>	7
8	<i>A transformação e o crescimento duma cidade devem ser presididos por uma harmonia entre as novas necessidades e a perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência.</i>	6
12	<i>O projeto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projetos de todos os tipos que prepara, deverão ser objeto de reflexão e de participação, graças à utilização dos instrumentos necessários que permitam ajudar os indivíduos a crescer pessoal e coletivamente.</i>	5
13	<i>O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário.</i>	5
18	<i>A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas.</i>	5

© JBarroso 2018

Princípios das cidades educadoras visados pelo projetos. segundo os seus autores - 3

Nº	princípio	projetos
4	<i>As políticas municipais de carácter educativo devem ser sempre entendidas no seu contexto mais amplo inspirado nos princípios de justiça social, de civismo democrático, da qualidade de vida e da promoção dos seus habitantes.</i>	4
19	<i>O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se.</i>	4
6	<i>Com o fim de levar a cabo uma atuação adequada, os responsáveis pela política municipal dum cidade deverão possuir uma informação precisa sobre a situação e as necessidades dos seus habitantes</i>	2
14	<i>A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo.</i>	2
17	<i>As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir dum visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem.</i>	2
16	<i>As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias.</i>	1

© JBarroso 2018

Conclusões da primeira parte

Há uma grande heterogeneidade nos projetos apresentados, quer quanto à sua temática, ao local onde se desenrolam, à duração, ao público-alvo e aos princípios a que se subordinam.

Em função dos resultados maioritariamente obtidos em cada parâmetro é possível produzir uma síntese dos aspetos que são mais valorizados na apresentação dos diferentes projetos:

Principais conclusões da análise dos 216 projetos inseridos nos 6 últimos boletins da rede territorial portuguesa das cidades educadoras - 1

- Metade dos municípios (50%) apresentou, com uma certa regularidade, projetos nos boletins em análise (presentes em 6 ou 5 boletins).
- Uma larga maioria dos projetos insere-se nas categorias sistema educativo, cultura e ócio, artes e humanidades, bem-estar social, saúde e desporto (68% dos projetos).
- A duração dos projetos é equilibrada entre as três categorias, mas com uma primazia acentuada dos projetos temporários ou periódicos (42% dos projetos).
- Um grande número de projetos desenrola-se em escolas (33%) ou em espaço público ao ar livre (17%).

© JBarroso 2018

Principais conclusões da análise dos 216 projetos inseridos nos 6 últimos boletins da rede territorial portuguesa das cidades educadoras - 2

- O público visado pelos projetos é essencialmente constituído por alunos (60% dos projetos) e em menor número por público em geral (19%).
- Os projetos vinculam-se essencialmente aos princípios das cidades educadoras que visam criar oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento social, que responsabilizam os municípios pelo correto exercício das suas competências em matéria de educação, que promove a preservação da sua identidade pessoal e garante a qualidade de vida dos seus habitantes (51% dos projetos).

© JBarroso 2018

Finalmente...

Uma breve palavra sobre o aumento de competências que está previsto na lei da descentralização em discussão na Assembleia da República.

O panorama que traçamos mostra uma grande vitalidade e um certo ecletismo dos municípios portugueses, na promoção de iniciativas ou de projetos, no âmbito da “cidade educadora”.

Como vimos, não é possível indicar (sem uma investigação empírica que ainda falta fazer) a razão que explica a vitalidade dos municípios portugueses, patente nos 216 projetos que analisamos, bem como nas 154 experiências registadas no Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras.

Contudo, parece evidente que o reduzido número de competências dos municípios, na administração e gestão escolar, deu-lhes condições favoráveis para tomarem iniciativas de sua vontade e serem reativos em relação às iniciativas do terreno.

A obrigação de exercerem um conjunto alargado de competências no quadro do reforço da descentralização (e a sobrecarga administrativa daí decorrente) pode reduzir esta disponibilidade e fixar os municípios a uma gestão burocrática das suas responsabilidades na educação.

2. A DINÂMICA EDUCATIVA DA CIDADE

O que é uma cidade educadora (ou, “cidade educativa”, como dizia Edgar Faure no relatório elaborado para UNESCO – *Aprender a Ser*)? Em que consiste o potencial educativo de uma cidade? Como é que uma cidade educa e se educa?

As respostas a estas questões passam, necessariamente, pela análise da relação entre “cidade” e “educação”, tentando pôr em evidência em que medida a cidade pode ser um espaço (um tempo, uma ação) educativa, e, simultaneamente, a educação (e a escola em particular) pode ser um espaço (um tempo, uma ação) de cidadania.

É conhecida a este propósito a classificação que Jaume Trilla faz da relação entre cidade e educação (ver Machado, 2004 e Fernandes, Sarmiento, e Ferreira, 2007):

- A cidade como contexto de educação – *aprender na cidade* - espaço onde acontece a ação educativa.
- A cidade como meio ou veículo de educação – *aprender da cidade* – isto é um ambiente educativo.
- A cidade como conteúdo educativo – *aprender a cidade* – ou seja converter a cidade em escola.

Eu próprio estabelecia a relação entre a cidade e a educação de uma outra forma:

Como dizia em 2000 (no VI congresso internacional de cidades educadoras realizado em Lisboa), a relação entre “educação” e “cidade” (intrínseca ao conceito de “cidade educadora”) pode ser vista a 3 níveis: a educação *na* cidade; a educação *da* cidade; a educação *pela* cidade.

A educação na cidade

A referência ao primeiro nível - *a educação NA cidade* – permite-me prestar homenagem a um pedagogo brasileiro (e universal) - PAULO FREIRE - que escreveu em 1991, um pequeno livro cujo título, é exatamente *A Educação na Cidade*, em que reflete sobre a sua experiência como Secretário de Educação da cidade de S. Paulo (no Brasil), entre 1989 e 1991 (Freire, 1991).

Para se perceber qual o projeto que o animava enquanto responsável político pela educação da cidade de S. Paulo, não resisto a ler uma breve passagem:

A educação na cidade

«Pretendemos na verdade mudar a “cara” de nossa escola. Não pensamos que somos os únicos ou os mais competentes, mas sabemos que somos capazes e que temos decisão política para fazê-lo. Sonhamos com uma escola pública capaz, que se vá constituindo aos poucos num espaço de criatividade. Uma escola democrática em que se pratique uma pedagogia da pergunta, em que se ensine e se aprenda com seriedade, mas em que a seriedade jamais vire sisudez. Uma escola em que, ao se ensinarem necessariamente os conteúdos, se ensine também a pensar certo.»

[FREIRE, Paulo (1995). *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição, p. 24]

© JBarroso 2014

Mas a tarefa de mudar a “cara da escola” (o que, para Paulo Freire, significa mudar o corpo e a alma da escola) não pode estar a cargo só dos professores e dos responsáveis políticos pela administração educativa, mas é tarefa de todos nós. A escola muda, mudando a sua relação com os outros. A escola precisa de se abrir à cidade e para se abrir à cidade tem que começar por se abrir aos seus alunos, que são a cidade dentro da escola.

A educação da cidade

Quanto ao segundo nível - *a educação DA cidade* – importa dizer que a cidade educa, educando-se a si mesma.

As nossas cidades não podem ser educadoras, se não forem cidades educadas, isto é, se não crescerem e se não desenvolverem, de acordo com os princípios e valores educativos que queremos incutir nas nossas crianças, nos nossos jovens, nos cidadãos em geral.

Se a cidade quer educar para a democracia, tem que ser democrática; se quer educar para a beleza, tem que ser bela; se quer educar para o conhecimento, tem que ser sábia; se quer educar para o respeito pelo outro, tem que saber respeitar os seus habitantes. A cidade tem que educar pelo exemplo, e não pela lição. A cidade educa por aquilo que é, e não por aquilo que quer que os outros sejam!

A educação pela cidade

Quanto ao terceiro nível - *a educação PELA cidade* – isto significa que a função da educativa da cidade não pode estar confinada ao poder de intervenção das autoridades da cidade – as autarquias - no domínio educativo. Não queremos substituir o “Estado Educador” (cuja crise atual é conhecida e universal) pelo “Município educador”.

A cidade (no sentido da “polis” grega) transcende o poder instituído dos responsáveis autárquicos. Ainda que a ação das autarquias seja importante, ela não pode ser limitativa da ação comunitária.

Ampliando o sentido de uma conhecida expressão é caso para dizer: para educar uma criança, não chega uma escola, é preciso toda a cidade!

Em conclusão

Como vimos, os municípios portugueses assumem desde há bastante tempo funções educativas – no sentido amplo do termo – orientadas quer para a população escolar (com especial incidência do pré-escolar e 1º ciclo), quer para a população em geral, particularmente os mais velhos e as pessoas com necessidades educativas especiais.

Nestas atividades muitos municípios foram definindo um projeto educativo próprio, mas outros municípios limitaram-se a patrocinar, promover ou a associar-se a iniciativas desenvolvidas por outros atores locais (escolas, associações, grupos).

A legislação que está em discussão e que a breve trecho irá traduzir-se num reforço de meios e competências dos municípios na garantia da escolaridade das crianças e dos jovens até ao 12º ano, poderá, em muitos casos, retirar aos municípios, tempo e oportunidade para continuarem a sua ação neste domínio.

Importa, por isso, no conceito de “cidade educadora” reforçar não só o papel do município, não necessariamente como prestador, mas, sobretudo, como patrocinador da diversidade de atores e protagonistas que na cidade exercem uma ação educativa mais vasta. Recuperaremos assim o sentido original da “cidade”, muito mais amplo do que o de “município”.

Referências bibliográficas

Fernandes, A.S., Sarmiento, T. e Ferreira, F. I. (2007). *Cidade educadora: novas perspectivas das políticas educativas*. In:

http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/42.pdf

Freire, P. (1995). *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição

Machado, J. (2004). "Escola, município e cidade educadora. A coordenação local da educação". In. Costa, J. A., Neto Mendes. A e Ventura A. *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro. Universidade de Aveiro, pp.161-172.